



Buscas na Misericórdia de Lisboa devido a contratos suspeitos

Inquérito averigua alegadas violações das regras da contratação pública para favorecer empresas ligadas a trabalhadores e órgãos da Santa Casa. Não há, para já, arguidos constituídos

Investigação
Ana Henriques
e Mariana Oliveira

A Polícia Judiciária fez ontem buscas na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, por suspeita de violação das regras da contratação pública para favorecer determinadas empresas. Está a ser investigada a aquisição de bens e serviços por ajuste directo a empresas com nomes diferentes, mas pertencentes às mesmas pessoas. Dona de um vasto património imobiliário, a instituição terá fraccionado várias despesas relacionadas com empreitadas para não ter de abrir concursos públicos, suspeitam os investigadores da Unidade Nacional de Combate à Corrupção da Judiciária.

Uma nota informativa da Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa fala de “contratação por ajuste directo de empresas com relações a trabalhadores e órgãos da Santa Casa, beneficiando indevidamente aquelas e estes, em detrimento das regras que presidem ao regular funcionamento do mercado”.

“Em causa estão factos susceptíveis de integrar a prática de crime de participação económica em negócio”, esclarece a mesma nota. O inquérito não tem arguidos constituídos. O crime em causa é punível com pena de prisão até cinco anos.

O PÚBLICO sabe, porém, que mais tarde ou mais cedo deverão ser constituídos arguidos, que poderão ser também acusados de corrupção.

Tal como o PÚBLICO noticiou há dois anos, levantou suspeitas o facto de empresas ligadas a um conhecido militante do PSD de Lisboa, Fernando Catarino, terem ganho, ao longo de três anos, um lugar significativo entre os fornecedores da Misericórdia na área da saúde. Em causa estava a celebração de 18 contratos, quase todos por ajuste directo, no valor de dois milhões de euros, com uma dezena de empresas com nomes diferentes, mas ligadas às mesmas pessoas – que venderam simultaneamente serviços de telecomunicações, fraldas descartáveis e mobiliário à instituição.



Pedro Santana Lopes é provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa desde 2012

“Havia várias empresas que concorriam com nomes diferentes” aos concursos da Santa Casa, disse ontem ao final do dia Santana Lopes, explicando que quando descobriu passou a pedir certidões às firmas

Os factos remontam a uma altura em que Santana Lopes já se encontrava à frente da Misericórdia. Tanto o provedor como os restantes membros da mesa, o órgão que administra a instituição, são nomeados pelo Governo. Na sequência destas notícias foi aberto um inquérito interno e instituídas, pela própria Santa Casa, regras de contratação mais apertadas. “Havia várias empresas que concorriam com nomes diferentes [aos concursos da Santa Casa], sendo os mesmos indivíduos. Quando o detetámos demos ordens para passarem a ser pedidas certidões das firmas, para não voltar a acontecer”, admitiu Santana Lopes ontem, ao final do dia, em declarações aos jornalistas.

Participaram na operação dois

magistrados do Ministério Público, mais de quatro dezenas de elementos da Judiciária e peritos da unidade de perícia financeira e contabilística e da unidade de tecnologia e informação desta polícia. A investigação está a cargo da 9.ª secção do Departamento de Investigação e Acção Penal (DIAP) de Lisboa, e deu origem a nove buscas domiciliárias, duas buscas a local de trabalho de advogado e quatro não domiciliárias. Surgiu na sequência de uma averiguação preventiva do Ministério Público destinada a apurar se havia indícios suficientes de crimes para abrir uma investigação.

A averiguação já decorria quando o Ministério da Segurança Social enviou para o DIAP os resultados de

uma auditoria dos seus serviços ao primeiro mandato de Santana Lopes, focada precisamente na aquisição de bens, serviços e empreitadas. Os dirigentes da instituição muniram-se de pareceres de três eminentes juristas para justificar a legalidade de várias contratações.

Depois de terem estado de manhã cedo na casa de uma das administradoras da Santa Casa, Helena Lopes da Costa, os inspetores foram para a sede da instituição, onde pediram para ver processos relacionados com ajustes directos feitos entre 2012 e 2014, mas também com concursos públicos realizados em 2015 e 2016.

mariana.oliveira@publico.pt
ana.henriques@publico.pt